

RELAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NO TRABALHO COMUNITÁRIO: o convite à saída

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz – PUC Minas São Gabriel
jaizapollyanna@yahoo.com.br
Betânia Diniz Gonçalves – PUC Minas São Gabriel
betaniadg@pucminas.br

RESUMO

Esta pesquisa-intervenção é fruto de nosso trabalho financiado pela FAPEMIG, FIP-PUCMINAS e PROEX-PUCMINAS, no qual realizamos uma intervenção comunitária, utilizando da arte e cultura como meio de possibilitar a visibilidade social a crianças e adolescentes. Nele relatamos o processo vivenciado na relação UNIVERSIDADE/COMUNIDADE, seus atravessamentos e busca de transformações, visando à autonomia do grupo e a auto-gestão. Destaca-se neste trabalho a relação e a formação dos diversos grupos acarretada pelo processo desenvolvido no decorrer da intervenção: grupos pela articulação entre agentes externos (pesquisadores) e agentes internos (moradores); grupos gestores formados através das trocas realizadas entre universidade comunidade; grupos que têm diferentes objetivos, e que embora pertençam ao mesmo espaço geográfico talvez não se conheçam e não se articulem. Entre o planejado no espaço da Universidade e a realidade a ser encontrada no espaço da intervenção sempre haverá uma distância, pois a realidade é sempre muito maior do que se imagina e os atravessamentos relativos a questões sociais e subjetivas irão produzir efeitos que não poderão ser previstos com antecedência. A Psicologia Social Comunitária por meio da intervenção psicossocial, baseia-se em uma noção de sujeito autônomo, livre para se decidir, ator protagonista no processo de mudança, um sujeito descentrado (HALL, 2002). Analisar a prática realizada em campo é de suma importância para o trabalho comunitário, pois nem sempre há clareza do que a posição de autonomia dos grupos permitirá. Em nossa experiência interventiva, marcou-se nosso envolvimento afetivo com os moradores, de forma que foi alcançado um fenômeno por nós tão esperado: a auto-gestão grupal. No momento em que os atores internos à comunidade dizem que não precisam mais da Universidade emergem conflitos e processos marcados por não entendimentos e hostilidades, entretanto sobressai a auto-gestão grupal e a autonomia. Analisar tais processos contribui para o entendimento do que foi vivido e para dar qualidade às intervenções futuras. Mudar, segundo Athayde, Bill e Soares (2005), implica em perda, em morte, e não apenas em um lado positivo de transformação. Os autores trazem ainda o pressuposto de que existe uma “conspiração” contra a mudança, pois inconscientemente não queremos que a pessoa/grupo se desloque da posição de dependência. Embora essa reflexão possa trazer incômodos, se a comunidade consegue caminhar sozinha, não sentiremos apenas satisfação, mas também tristeza, pois se o grupo estava mudando de posição, também teríamos que mudar e nem sempre esperamos um convite à saída.

Palavras-Chave: Intervenção – grupos – universidade – comunidade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir questões relativas aos processos grupais a partir da experiência do grupo de pesquisadores da PUC Minas/São Gabriel (alunos e professores) com o grupo de moradores e oficinairos formado no “Centro Cultural do Primeiro de Maio”, por meio de oficinas e atividades educativas, de esporte e cultura, desenvolvidas com os adolescentes moradores de seu entorno, realizadas no “Centro Social Frei José Renato”.

Podemos considerar que o nosso trabalho de intervenção se divide em dois momentos distintos: inicialmente, trabalhamos na formação e organização do grupo de moradores e educadores do “Centro Cultural do bairro Primeiro de Maio” e num segundo momento a intervenção se dirigiu ao entorno do bairro Primeiro de Maio, no “Centro Social Frei José Renato”. Todo este processo foi permeado por questões que dizem respeito à dinâmica interna e externa dos grupos envolvidos. Torna-se relevante compreender como foram constituídos esses grupos, a relação entre os atores internos e externos. Entretanto, neste texto nos deteremos mais no primeiro momento dessa pesquisa-intervenção.

Em tempos contemporâneos ouve-se muito falar sobre o trabalho com grupos, principalmente com o advento da globalização, a demanda por ações em equipe está cada vez mais presente dentro das organizações e na articulação governamental e econômica entre os países. Por isso, é de suma importância que a Psicologia, como ciência e profissão lance seu olhar para os processos grupais, no afã de conhecer melhor e de reinventar práticas nessa área. A discussão e teorização sobre o trabalho com grupos acontecem há algum tempo. Dentre os teóricos citamos Kurt Lewin, que é uma referência na Psicologia Social, principalmente, por ter desenvolvido, na década de oitenta, do século XX, a metodologia de pesquisa-ação e por ter feito estudos que contemplavam os trabalhos com pequenos grupos (MAILHOIT, 1991).

Quando a universidade, por meio de seus pesquisadores, propõe uma intervenção em determinada comunidade, é preciso que se saiba que a vila, bairro, enfim, o espaço no qual o trabalho acontecerá envolverá grupos. Grupos que se formarão na articulação entre agentes externos (pesquisadores) e agentes internos (moradores); grupos gestores que se formarão através das trocas realizadas entre universidade e comunidade; o reaparecimento de grupos que poderiam estar “parados” e grupos que têm diferentes objetivos, e que embora pertençam ao mesmo espaço geográfico talvez não se conheçam e não se articulem. Por exemplo, pode ser que em determinada vila existam vários grupos de teatro, cada um com seu objetivo específico, porém com um em comum: utilizar a arte como um meio de mostrar que os jovens moradores daquela região se envolvem em outras atividades para além da violência. O próprio prefixo da palavra COMUNidade, nos remete a pensar em algo em comum, mas nem sempre os moradores, um aglomerado de pessoas, formam um grupo. Entre o planejado no espaço da Universidade e a realidade a ser encontrada no espaço da intervenção sempre haverá uma distância, pois a realidade é sempre muito maior do que se imagina e os atravessamentos relativos a questões sociais e subjetivas irão produzir efeitos que não poderão ser previstos com antecedência.

2 DESENVOLVIMENTO

Para que o trabalho com grupos aconteça é necessário que eles demandem por uma intervenção, por algum tipo de mudança. E mudança nos remete a movimento, à construção, elaboração. Algumas vezes, o que chamamos de demanda grupal, aparece como um pedido, uma encomenda, sobre a qual os interventores participantes farão uma análise e juntamente com a comunidade traçarão um plano de ação. Essas “encomendas” podem ser claras para a

comunidade, ou estarem implícitas, ou ainda se constituindo ao longo do processo grupal. A construção ou existência da demanda é importante no grupo na medida em que justifica o objetivo da intervenção. (AFONSO, 2006).

Pereira (2008) relata que as demandas no grupo podem ser explícitas ou implícitas e, de certa forma, as demandas implícitas podem significar mais o real objetivo do grupo. Elas estão, entretanto, encobertas e apenas nas relações dialógicas é que são passíveis de serem desveladas e trabalhadas.

Nesse sentido, para que um grupo se forme, é preciso que construam objetivos em comum partilhem desejos e expectativas acerca do trabalho a ser desenvolvido (ENRIQUEZ, 2001). No caso desta pesquisa/intervenção, por exemplo, para que surgisse o Projeto de “Arte e Cultura” foi necessário que professores, que compartilham o espaço do laboratório de psicologia social da universidade, conversassem acerca da demanda a eles dirigida por um morador do bairro Primeiro de Maio, qual seja, o auxílio para a formação de um centro cultural no referido bairro.

Dessa experiência de comunicação ninguém sai ileso, pois o lugar do processo de mudança, segundo nosso ponto de vista, é a realidade intersubjetiva, a interação pela linguagem. Contudo, é preciso ressaltar que

Isto não significa, evidentemente, que o enunciado de uma decisão seja suficiente para transformar, como que por mágica, as situações institucionais, econômicas ou sociais, nem que a palavra seja onipotente. Mas, simplesmente, que uma decisão necessariamente modifica, apenas por seu enunciado, os termos nos quais a situação será doravante encarada e as condições nas quais ela é suscetível ou não de ser mudada (LEVY, 2001, p. 126).

Se a demanda não interessasse aos educadores, talvez permanecesse apenas como um desejo do morador e, assim, não aconteceria a constituição do grupo. Entretanto, de tal demanda surgiu o interesse para o desenvolvimento de um projeto de extensão junto a esse grupo. Mas, é preciso um questionamento: comunidade e universidade formavam um grupo?

Na verdade, ao chegar à comunidade percebeu-se que os moradores não se constituíam como grupo, pois o fato de algumas pessoas se reunirem em um salão paroquial para conversar sobre diversos assuntos, entre eles, o de formar um centro cultural no bairro, não define um grupo. Foi a partir então desse momento que outra questão nos foi colocada: Precisávamos constituir-nos como grupo, formado por agentes internos (moradores da comunidade) e agentes externos (pesquisadores participantes da universidade) que compartilhariam do mesmo objetivo: formar um centro cultural para o benefício dos jovens do bairro, que vivem em situação de vulnerabilidade social, marcada pelo tráfico de drogas e violência?

2.1 A Entrada na Comunidade – Primeiro de Maio

Sabe-se que um ajuntamento de pessoas por si só não se configura como grupo e para que haja uma formação grupal é preciso que os participantes tenham objetivos ou projetos em comum. Assim, na articulação de trabalhos extensionistas envolvendo acadêmicos e comunidade, algum desejo deve ser partilhado. Nesse sentido, pesquisadores e moradores começaram a compartilhar de um mesmo objetivo: formar um centro cultural para que por meio da arte e cultura os jovens moradores do Primeiro de Maio tivessem uma oportunidade diferente da que o contexto em que moravam oferecia.

Um dos moradores, que foi até a universidade procurar, na ocasião, o curso de Psicologia, já havia participado de trabalhos comunitários realizados anteriormente e possuía uma experiência de diálogo entre comunidade e pesquisadores. Este morador havia participado das oficinas realizadas na Vila São Miguel/Vietnã, tornando-se um multiplicador, um agente cultural, após a saída do grupo de pesquisadores desta vila, localizada próxima ao Primeiro de Maio. Assim, ele esperava que da mesma forma como ocorreu uma mobilização, uma ação que mudou de certa forma a vida dos moradores do Vietnã, acontecesse, também, no Primeiro de Maio, bairro no qual, agora, residia. Este morador/multiplicador havia sido desapropriado pela Prefeitura de Belo Horizonte do terreno em que morava no referido bairro, assim como os demais moradores de sua comunidade, por causa da construção de vias de acesso à Linha Verde¹.

Como dito anteriormente, o olhar do pesquisador que atua em comunidades deve ser atento quanto aos grupos, olhar esse diferente dos moradores, e por isso é que ressaltamos aqui a importância do diálogo entre comunidade e universidade, pois, por meio dessas trocas de saberes, novos saberes também se constituem. Dessa forma, o que nos foi demandado e que, inicialmente, não percebemos por que ainda não conhecíamos diretamente aquela comunidade, foi que eles queriam que este trabalho fosse como, ou no mínimo parecido com o desenvolvido na Vila São Miguel².

Tomo aqui alguns conceitos discutidos por Beal (1963), acerca da dinâmica grupal, ou seja, a forma como cada grupo funciona e é influenciado por variáveis internas e externas. O grupo não está isolado de um contexto, ele existe em um espaço, em um momento histórico com características culturais específicas. Sendo que esse ambiente onde está localizado passa por um movimento, que recebe influências de um contexto maior, que é a cidade, que também é influenciada pelo Estado, que é influenciado pelo país e o país, influenciado e inserido no mundo, exposto às mais diversas variáveis. Dessa maneira, devemos pensar no dinamismo que o envolve tanto interna, quanto externamente.

É importante salientar que para cada grupo devem ser pensadas ações específicas e, embora se utilizem a mesma metodologia, as mesmas técnicas, os mesmos saberes, eles não terão o mesmo efeito, pois cada grupo age de maneira específica. Outro fator que deve ser ressaltado é que os grupos, embora compartilhem igualdades, possuem diferenças, tanto em sua dinâmica quanto na composição de atores. Dessa forma, é preciso estar atento a momentos de conflitos (que são necessários e não devem ser encobertos) como parte do processo grupal e construir novas regras ou normas de convivência para lidar com os pontos incomuns tão presentes nas relações.

Um grupo antes de tudo é constituído de seres humanos (SERRÃO, 1999), que compartilham similaridades, mas que divergem em pensamentos e, ao contrário do que alguns

¹ A Linha Verde é um projeto do Governo de Minas Gerais que conta com um conjunto de obras viárias em implantação em Belo Horizonte e região metropolitana tendo como um de seus objetivos a ampliação da Avenida Cristiano Machado, uma das principais vias de acesso à porção norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e às regionais, Nordeste, Venda Nova e Norte de Belo Horizonte. À medida que avança pela Avenida, sua construção tem trazido impactos geográficos, sociais, econômicos, demográficos para a população que vive à sua margem.

² A Vila São Miguel, mais conhecida como “Vietnã”, apelido dado segundo os moradores por policiais, devido aos confrontos entre as autoridades de segurança pública e os traficantes do local. A Vila São Miguel pertence à regional Pampulha, mas localiza-se entorno dos bairros, São Paulo, Suzana, São Gabriel e Primeiro de Maio. Por meio do Plano Global Específico (PGE) da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), que considerava a Vila como área de risco devido à passagem do córrego ao fundo, decidiu-se que com a construção da Linha Verde, a área seria desapropriada. (Mais informações sobre a Vila São Miguel podem ser encontradas no endereço eletrônico: http://favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=8).

possam pensar, a discordância é necessária, principalmente quando evoca a discussão, a reflexão e, posteriormente, a decisão acerca de uma temática. Dizer o não-dito é importante e serve como ponto de reflexão e análise do grupo. Segundo Afonso (2006), o grupo passa por fases, sendo que é preciso compreendê-lo como processual. Nesse sentido, é necessário que as pessoas se conheçam ou passem a se conhecer, partilhando momentos em que se identifiquem e criem vínculos, fortalecendo assim o objetivo e coesão grupal.

Quando o grupo de pesquisadores chegou a Vila Primeiro de Maio, os moradores na verdade não se constituíam como grupo e então a principal ação foi articular aquelas pessoas de forma que a tarefa externa (BEAL, RAUDABAUGH, 1963) que estava ali colocada (Formar/construir um centro cultural) fosse realizado, não por nós, universidade, mas pelo esforço, luta e mobilização daquela comunidade, nossa proposta é que ali seríamos parceiros para tal ação.

No trabalho comunitário, nas intervenções psicossociais, é de fundamental importância a participação ativa dos moradores, já que essa é uma proposta de trabalho coletivo, em que a relação entre agentes externos e internos é de cooperação, de trocas, e se isso for levado pela comunidade como um “discurso intelectual” para atrair os moradores, a intervenção poderá sofrer resistências. O interesse pela mudança deve partir não apenas de quem vem de fora, que pode pertencer a outra classe social, tem outro tipo de saber, esse desejo de transformação precisa estar vivo na comunidade para que parcerias sejam formadas, para que haja criação, questionamentos, conquista de direitos, além de fortalecer o grupo.

A participação popular tem por finalidade transformar (subverter = outra versão) a ordem social mediante um processo de criação do poder popular. Nota-se uma valorização da participação dos moradores, promovendo-se novos tipos de relacionamento comunitário, criando-se espaços e estratégias para formação do senso crítico e a valorização do cotidiano e do concreto da vida das pessoas. (PEREIRA, 2008.p. 155).

Enriquez (2001) diz da idealização que ocorre no trabalho em grupos. Acreditamos que tal idealização possa ter acontecido inicialmente conosco (pesquisadores) e com a comunidade, pois tal fato não é algo distante nas ações com grupos. Em um primeiro momento, estávamos envolvidos com a história daquele morador que fora nos procurar. História marcante acerca do uso de drogas e de seu envolvimento com o tráfico e que havia redirecionado sua vida para ações culturais, sociais, tornando-se um agente cultural, um participante ativo do movimento cultural *Hip Hop*³, um escritor de literatura marginal⁴, que relatava por meio de rimas sua vida na periferia. E não só pela história de vida desse sujeito que nos interessamos, mas por uma ação que tinha sido eficaz no entorno daquela Vila e que possivelmente seria eficaz ali também.

³ “[...] o hip hop é uma solução criada pelos próprios habitantes das comunidades. É um movimento de afirmação identitária composto por elementos que representam à luta em prol dos excluídos e cuja linguagem fala de dentro para dentro, retratando a imagem da periferia como ela é realmente” (Central Única das Favelas - CUFA, 1998).

⁴ “A literatura marginal é uma produção textual que se ocupa da representação da experiência de miséria e brutalidade da vida nas comunidades pobres das grandes metrópoles, escrita por pessoas que nasceram e cresceram nesses locais, tomando uma perspectiva elaborada a partir do interior destas próprias comunidades.” (SILVA, 2006. p.28)

A idealização do grupo decorre de criarmos um imaginário acerca daquelas pessoas, projetando nelas muitas vezes nossos desejos, vontades e realizações. O que é necessário para a formação do grupo, pois é essa idealização, essa crença que fará com que haja desejo por trabalhar no grupo. A relação que se estabelecia ali era marcada de um lado pela idealização da equipe da universidade e de outro, possivelmente, dos agentes internos da comunidade que também nos viam como grupo perfeito, como aqueles que iriam “salvar” aquela comunidade.

Além dessa idealização, havia representações sociais acerca da PUC Minas, de professores e estudantes universitários. Éramos considerados e até o final do grupo, fomos representados como “o sistema”, como as pessoas que eram ricas e poderiam ajudar a comunidade, como PUC Minas, como instituição, e como médicos, como psicólogos, que deveriam (segundo a fala de um dos moradores participante do grupo) *estar nos hospitais, na policlínica (Unidade de Pronto Atendimento – UPA) do bairro, e não ali, em um centro cultural.*

2.2 Quando a saída é a saída da Universidade

A proposta do trabalho comunitário é baseada na participação da comunidade, engajada na transformação da situação em que vive e na participação do pesquisador externo, como um facilitador no processo de mudança. Nessa relação o propósito é que seja estabelecida uma horizontalidade entre as pessoas, entre os saberes, para que assim possam se construir novos saberes, novas experiências, novos posicionamentos (PEREIRA, 2008).

O grupo de pesquisadores externos e internos formados no Centro Cultural Nova Vida, no bairro Primeiro de Maio, inicialmente tinha esse propósito, de construir uma auto-gestão comunitária, de compartilhar conhecimentos, de construir outros saberes, ou seja, pesquisar e agir. Entretanto, após um ano e meio de trabalho envolvendo reuniões quinzenais no Centro Cultural com esse grupo e quinzenalmente reuniões entre os grupos separados (pesquisadores externos na universidade/ pesquisadores internos no centro cultural) começamos a perceber que o grupo de pesquisadores internos estava “pouco participativo”, passivo nas reuniões, e quase sempre a conversa girava em torno de um dos moradores, que nesse momento tinha sido intitulado pela comissão do Centro Cultural (essa construída em meio as intervenções entre universidade e comunidade) como o “presidente” do espaço. Então, o clima do grupo era morno, no sentido de que quinzenalmente, a comunidade (representada pelo morador presidente) parecia querer dar continuidade ao trabalho e na outra quinzena, demonstravam querer desistir. Ainda assim, alguns moradores, colocavam sua opinião acerca do trabalho que juntos estávamos desenvolvendo.

O tempo foi passando, o clima das reuniões foi se tornando mais tenso, nós pesquisadores externos percebemos, analisando nossa implicação no grupo que estávamos nos envolvendo emocionalmente de forma demasiada, já que acreditávamos na potencialidade e riqueza cultural que a comunidade possuía e no trabalho que poderia ser ali desenvolvido. Os encontros começaram a ter temas repetitivos, envolvendo desconfiança entre os participantes internos acerca dos participantes externos. Alguns moradores pararam de frequentar as reuniões alegando que não agüentavam mais os desentendimentos de um dos moradores “*com o pessoal da PUC*”. Esse era o modo como o grupo de pesquisadores externos era chamado por alguns moradores. Um deles nem chamava as estagiárias bolsistas pelo nome, mas pela sigla PUC, o que nos mostra o poder institucional atrelado a nós e que também se relaciona ao grau de idealização do grupo.

Nesse período, aconteceram cenas de discussão com acusações morais, palavrões, além da intensa resistência que estava se estabelecendo no grupo. A linguagem não-verbal dizia quando

as palavras esgotavam-se. Desconfiança e resistência fazem parte do processo grupal mas estavam ocorrendo ali de forma intensa e prestes a “paralisar” o grupo.

A resistência como mecanismo psicossocial pode ser um excelente analisador, capaz de deflagrar um processo de análise e revelar o que está oculto, o não dito, o conteúdo recalçado no interior do grupo. [...] esse conteúdo pode obstruir e impedir a evolução das tarefas e o desenvolvimento do grupo. A não revelação desses conteúdos leva, inevitavelmente, a uma vivência grupal onde há predomínio de sintomas e conflitos (PEREIRA, 2008. p.285).

De fato, alguns assuntos precisavam ser esclarecidos dentro do grupo, pois devido à dinâmica interna e tipo de funcionamento, a tarefa principal do grupo – de propiciar à comunidade um centro cultural em que jovens e adolescentes tivessem como via a visibilidade social a arte e a cultura, e não a violência tão presente no bairro – estava ficando comprometida, pois não conseguíamos mais conversar e contribuir para que esse objetivo se efetivasse.

O grupo de agentes externos em uma das últimas reuniões quinzenais refletiu e analisou que talvez estivéssemos insistindo para que o trabalho acontecesse, para que o grupo se auto-gerisse, para que a comunidade participasse mais e que assim, a comunidade estaria resistindo e confrontando, porque não queriam mais que a pesquisação-participativa acontecesse na comunidade. Resolveu-se então que no encontro que aconteceria na outra semana, que o grupo de agentes externos perguntaria ao grupo de agentes internos o que significava o trabalho conjunto desenvolvido até aquele momento e se eles queriam ou não continuar a parceria. Enfim, a resposta foi dada por aquele que era sempre o porta-voz do grupo: ele disse que o que estava acontecendo ali eram apenas reuniões, a ação não acontecia. Por isso, eles não queriam mais a “PUC” no centro cultural, que aquele era um projeto “*enxugar-gelo*”.

Nesse momento, estávamos imersos no processo e a reflexão era difícil. Acreditamos, contudo, que não era possível controlar tal fenômeno, mas que poderíamos analisá-lo e aprender com ele.

A Psicologia Social Comunitária e a intervenção psicossocial baseiam-se em uma noção de sujeito autônomo, livre para se decidir, ator protagonista no processo de mudança, um sujeito descentrado (HALL, 2002). Desse modo, a noção de ciência, de pesquisa, também é diferente. Em uma pesquisa pautada no modelo positivista, há controle das variáveis, do objeto, díspar do modelo psicossocial que acredita no pesquisador externo como um facilitador do processo de mudança e nos grupos comunitários como pesquisadores internos, atores para a transformação social (SARRIERA, 2004).

Analisar a prática realizada em campo é de suma importância para o trabalho comunitário. Criticar nossa própria posição e refletir sobre as relações estabelecidas. Em nossa experiência interventiva, marcou-se nosso envolvimento afetivo com o grupo, de forma que um fenômeno por nós tão esperado: a auto-gestão grupal – não pôde ser percebido de imediato. No momento em que os atores internos dizem que não precisam mais do grupo de pesquisa da PUC, o que emergia não era apenas a hostilidade e a diferença entre práticas, entre saberes, discursos e de relações. A comunidade estava dizendo a nós, “Agora já somos capazes de andar com nossas próprias pernas, podemos continuar e fazer sem vocês!”. Embora achássemos que tal condução poderia ser feita de outra maneira, com outras estratégias e menos agressividade, acreditamos que a comunidade sabe sobre si, tem uma forma de funcionamento e de relação anterior às intervenções vindas de fora e tem também seus limites.

Mudar, segundo Athayde; Bill e Soares (2005) implica em perda, morte e não apenas em um lado positivo de transformação. Estaríamos perdendo apenas um campo fértil de trabalho?

Os autores supracitados trazem ainda o pressuposto de que existe uma conspiração contra a mudança, no sentido em que inconscientemente não queremos que a pessoa se desloque de tal posição. Se a comunidade consegue caminhar sozinha, precisamos admitir que não sentiremos apenas alegria, mas também tristeza. E se o grupo estava mudando de posição, nós também teríamos que mudar. Nesse sentido, a mudança

[...] se traduz, também, por momentos de descontinuidade que marcam fraturas no destino, reorientações bruscas, mutações, redirecionamentos, freqüentemente não isentos de violência. Mesmo se posteriormente esses acontecimentos pareçam ter sido inelutáveis, eles não podem ser previamente anunciados.(LÉVY, 2001. p. 123).

Como já fora dito anteriormente, o grupo passa por fases, e algo muito produtivo no processo grupal é o momento em que os integrantes conseguem criar coletivamente regras, valores, tarefas, quando já não necessita mais do facilitador para realizar empreitadas, para produzir novas estratégias. No trabalho clínico, um psicanalista pode “confirmar” a eficácia de seu trabalho, quando após determinado tempo de análise o cliente não necessita mais voltar ao consultório e, como relata Calligaris (2004), não lembrará mais seu nome, seu telefone, o endereço do consultório. No trabalho comunitário isso também significa um avanço: conseguir funcionar sem os interventores é de alguma maneira um resultado positivo do trabalho realizado.

Em nossas análises, compreendemos que emanava no grupo um princípio de autogestão. Pereira (2008) ressalta que um dos princípios da visão autogestiva é a autonomia, o grupo em busca da garantia de direitos e igualdades, pontua também que existem formas diferentes de participação e autogestão. Entre eles o autor destaca alguns modelos dentre os quais dois deles podem ser analisados em relação à nossa experiência. Um deles é denominado “*sistema piramidal*” em que o grupo funciona de forma democrática, mas representativa, no sentido em que há ainda relações verticalizadas em que alguém representa o grupo de forma mais autoritária; e o outro chamado de “*grupo sujeito*”, que visa um funcionamento no modelo de redes em que os membros do grupo são protagonistas, visam à relação de horizontalidade entre eles, se engajam coletivamente em prol de transformações sociais a partir dos interesses comunitários, em que as relações de poder estão mais diluídas e é por isso que conseguem criar (PEREIRA, 2008).

O grupo com o qual trabalhávamos parece aproximar-se mais do modelo piramidal, ainda que nosso objetivo fosse potencializar ações para a constituição de um “grupo sujeito”. O modo de organização do grupo pode estar relacionado a ideologias do sistema capitalista e da política opressora vivida no Brasil, principalmente por cidadãos de classes populares.

Certa? Errada? Não podemos afirmar. Acreditamos que essa foi a relação possível e a maneira possível do grupo se organizar naquele momento.

3 CONCLUSÃO

Em um trabalho de intervenção psicossocial, as mudanças não ocorrem conforme o ritmo institucional, nem dos participantes, ela é processual, o que deve estar ou se tornar claro para todos. Outro fator é que nem sempre o que é proposto ou idealizado pelos atores externos acontece, o grupo pode fruir para uma porção oposta.

O fundamento do trabalho comunitário com esse tipo de intervenção se diferencia do modelo positivista de fazer ciência. Consideramos em nossa pesquisa-intervenção não apenas a produção de conhecimento, mas também as relações de afeto e poder que atravessam todo o

processo. Se de um lado podem potencializar o trabalho, de outro podem também paralisar o trabalho. Acreditamos que os grupos mudam, a comunidade muda, as idéias mudam e que, nesse processo, a melhor saída para enxergar e potencializar a transformação foi a saída da universidade.

ABSTRACT

This intervention research is the result of our work funded by FAPEMIG and FIP-PUCMINS PROEX-PUCMINAS in which we conducted a community intervention using art and culture as a means of removing children and adolescents in the social invisibility. In it we report the process experienced in the relationship UNIVERSITY / COMMUNITY their crossings and search for solutions aimed at the group's autonomy and self-management. It is in this working relationship and training of various groups brought about by the process developed during the intervention: the relationship between groups outsiders (researchers) and internal agents (residents), groups formed by managers of trade carried out between the university community, groups have different goals, and that although they belong to the same geographical area may not know and do not articulate. Among the planned within the University and the reality to be found in the area of intervention will always be a distance because the reality is always much larger than you think and crossings on social issues and will produce subjective effects that can not be predicted with advance. The Community Social Psychology through psychosocial intervention, based on a notion of autonomous and free to decide, a leading actor in the process of change, a decentered subject (Hall, 2002). Analyze the practice in the field is of paramount importance to the community work, because there is not always clear what the position of autonomy of the groups will. In our experience interventional marked up our emotional involvement with the residents, so that was reached by a phenomenon as we expected: a self-management group. At the moment the players within the community say they no longer need to emerge from the University conflict and processes marked by not understanding and hostility, however stands a group self-management and autonomy. Analyze these processes contributes to the understanding of what was experienced and to give quality to future interventions. Change second Athayde, Bill and Soares (2005), involves loss, death, and not just a positive side of change. They present also the assumption that there is a "conspiracy" against the change, because unconsciously we do not want the person / group moves to the position of dependence. Although this reflection can bring discomfort if the community can walk alone, not only feel satisfaction, but also sadness, as if the group was changing position would also have to change and not always expect an invitation to the exit.

Keywords: Intervention - groups - university - community

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ATAHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. Conspiração contra a mudança. In: ATAHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p. 100-108.

BEAL, George; BOHLEN, J; RAUDABAUGH, J. N.. **Liderança e Dinâmica de Grupo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

CALLIGARIS, Contardo. **Cartas a um jovem terapeuta: o que é importante para ter sucesso profissional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. A CUFA. Disponível em: <http://www.cufa.com.br/06/in.php?id=acufa> Acesso em 28 mai 2008.

ENRIQUEZ, Eugéne. O Vínculo Grupal. In: LÉVY, André et al; MACHADO, Marília Novais da Mata et al (orgs). **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 61-74.

HAAL, Stuart. Descentrando o sujeito. In: **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 34-46.

LÉVY, A. A mudança: esse obscuro objeto do desejo. In: MACHADO, M. N. M. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAILHIOT, G.B. **Dinâmica e gênese dos grupos**. São Paulo: Liv Duas Cidades, 1991.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

SARRIERA, J. ET. AL. Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: **Psicologia Comunitária: Estudos atuais**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000, pp. 25-44

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. Princípios básicos pra trabalhar com grupos. In: SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2 ed. São Paulo: FTD, 1999. p 29 – 35.

SILVA, Rogério de Souza. **Cultura e Violência: autores, polêmicas e contribuições da literatura marginal**. 2006. 119f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.